

MEMÓRIA

A cultura dos índios

(Nota para a reforma do Brasil)

No segundo artigo da série iniciada no domingo passado, uma reflexão sobre os impasses contidos no projeto de integração dos índios

Cláudio e Orlando Villas Boas

A Fundação das Florestas do Brasil cultiva árvores nativas e realismo. Sabe que a conservação por uso racional da Floresta Amazônica depende muito da descoberta da vacina contra a malária, principal obstáculo à aculturação dos emigrantes brasileiros na grande região tropical úmida. O mesmo raciocínio serve ao exame da integração do índio.

Noel Nutels, médico da Expedição Roncador-Xingu entre 1947 e 1950, o grande médico dos índios nos anos que se seguiram despendidos na criação e na defesa do Parque do Xingu, publicou com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde em 1968 um documento sobre a ameaça biológica que a civilização representa para os grupos indígenas. Comparou o quadro de doenças levantado pelo alemão Karl Ranke entre os índios xinguanos em 1898 a um que ele próprio anotou na segunda metade do século 20. As poucas doenças presentes na cultura dos índios integraram-se muitas por contágio dos ditos civilizados, reduzindo drasticamente as populações indígenas. "Entre as causas desse declínio, as moléstias infecciosas — empregadas às vezes deliberadamente, como meio de extermínio, pelo chamado homem civilizado — têm sido talvez as mais eficientes", escreveu o Dr. Nutels.

Em 1989, milhões de brasileiros perambulam pelo país carregando doenças infecciosas, formando uma população de doentes maior do que as que tínhamos nos dois séculos anteriores.

A solução apontada pelos que se dizem ou se julgam entendidos no assunto é a integração do índio na sociedade civilizada. Entretanto, uma pergunta muito simples seria suficiente para causar embaraço aos que militam em favor dessa solução: — integrar em quê? Nos pequenos e dispersos grupos de peões que, agregados às fazendas, representam a sociedade nacional? Na "saúdável" comunidade formada por seringueiros, castanheiros, abridores de estradas ou empregados de companhias de mineração, que também representam a nossa sociedade? Ou então fazer com que o índio, abandonando sua unidade tribal, venha a transformar-se em mão-de-obra nos empreendimentos surgidos nas terras que antes constituíam seus próprios domínios? Não há de ser esse o objetivo do nosso governo, quando fala na integração do silvícola na comunhão nacional. Soluções como essas — guardadas as diferenças de épocas — já foram tentadas no passado, e os resultados aí estão, e evidentes, no espantoso decréscimo da população indígena, ou ainda na pobreza e na marginalização dos que lograram sobreviver às "integrações" do passado.

Outros, mais dinâmicos, mais progressistas, mais atualizados, vêem no índio um sério obstáculo ao desenvolvimento nacional. Para esses, o nosso índio representa um empecilho, uma indesejável mancha nos luminosos caminhos do progresso, alguma coisa que devemos remover em nome da civilização. Nenhum desses homens propõe uma nova "Cruzada dos Albigenses" ou uma investida de "bugreiros" armados contra as aldeias. O que sugerem é uma providência que julgam adequada — a integração. Uma integração a curto prazo. Aí voltamos a perguntar — integrar em quê?

Assim, de sociedades coesas, organizadas a sua maneira, e sustentadas por um complexo de tradições, traços e cos-

tumes que as motivam, vão passando a uma condição de marginalidade, com a perda gradativa de sua própria identificação. E no limiar desse fatídico processo que, muitas vezes, tribos inteiras, ou parte delas, se rebelam, retraindo-se e acirrando suas defesas contra agentes exógenos e desintegradores da vida tribal.

Com relação aos índios aculturados, ou semi-integrados, apagada expressão do que foram, remanescentes das "integrações" promovidas no passado, cabe lembrar que não desfrutaram de nenhuma das decantadas vantagens da civilização, vivendo em áreas mais ou menos extensas, algumas inteiramente devastadas e exauridas, outras em via do mesmo destino, reclamam tão-somente uma orientação que melhor atenda às suas necessidades. Não exigem uma nova filosofia protecionista, uma reformulação de conceitos, nem sequer uma alteração do seu relacionamento com o mundo civilizado que o rodeia, mas sim, apenas, um revigoramento das motivações indispensáveis à sobrevivência de qualquer comunidade.

Nos tempos atuais, os que detêm o poder econômico e político, agindo como homens práticos, julgam-se habilitados a conduzir o mundo para um brilhante futuro. Na concepção de todos eles — ressaltadas algumas exceções — o desenvolvimento material, o progresso, conseguidos por meio de uma tecnologia cada vez mais refinada e complexa, é suficiente para solucionar todos os problemas da humanidade. E tudo aquilo que se opõe a essa ordem de idéias é imediatamente incluído na faixa do romantismo e da utopia. Entretanto, enganando-se a si próprio e demonstrando não serem tão pragmáticos quanto imaginam, procuram não aceitar o fato de que estão impelindo o mundo para um destino sombrio.

Não pretendemos, evidentemente, que seja estancado o nosso desenvolvimento, ou que se regresse a posições já ultrapassadas, em resumo, não preconizamos um retorno ao coche, ao lampião a gás, ao navio a vela. Continuemos o progresso, mas um progresso verdadeiro, suave, que não implique a desumanização do trabalho e do relacionamento entre os povos, as classes e as criaturas entre si.

Por que não amainar a fúria presente, essa corrida desenfreada para a conquista de novas riquezas e de poderes ilimitados? Se nesta altura já verificamos que simples ideologias políticas não encerram a solução para os grandes, profundos e antigos problemas do homem, usemos então o discernimento, os poderosos recursos da ciência e da moral, a fim de atingirmos o ideal aspirado por todos os homens livres: — um padrão de vida em consonância com a dignidade humana, logicamente, não seria apenas através de uma reformulação de relações entre as criaturas que se poderia alcançar essa estabilidade social. É necessário também — e mesmo imprescindível — que o meio ambiente seja preservado como espaço vital para as gerações que nos sucederão.

Cultura é a reunião dos valores que estão presentes em todas as sociedades, quaisquer que sejam suas condições e modos de vida, ou grau de evolução material e espiritual.

Equilibrado no seu ambiente, o comportamento do índio dentro da sua vida tribal é em sua essência o de pessoa completamente livre no seio de uma sociedade que se dá o luxo de viver sem chefe, onde ninguém manda em ninguém. Não

existe autoridade física. O chefe da aldeia é apenas um elo de ligação entre o cotidiano e o mundo sobrenatural.

Sua função é essencialmente de conselheiro. Não tem poder deliberativo ou de comando. Tem que ter, isso sim, qualidades: ser bom credor, ser altamente equilibrado, bom, compreensivo e tranquilo. Traços que refletem na sua postura e personalidade. Jamais grita, ou mesmo corre ou faz um gesto brusco.

Numa aldeia indígena são importantes os *donos dos cerimoniais* a quem cabe maior responsabilidade. Mas eles não se beneficiam do poder. O poder se dilui no interesse da comunidade. Há um grande respeito mútuo. O desentendimento não ameaça o equilíbrio tribal, porque este é regido pelo seu mundo mítico e mágico. Mundo esse, do presente e do passado, ritmo da vida, da natureza, da própria aldeia.

Os pontos mais altos da comunidade se assentam no velho e na criança. Aquela é o dono da história, da língua e das tradições, esta a criança, a dona do mundo. Uma criança não pede conselho. O pai conversa com o filho sem a preocupação de ensinar. A harmonia nasce de um relacionamento estreito entre o pai e o filho. A uma pergunta ao pai se ele ensina o filho, ele responderá: — Não. Eu não sei se ele quer. Para que ele saiba, então, o que é preciso fazer? Quando ele quiser saber, ele pergunta. Aí eu ensino.

O menino atinge a idade adulta muito cedo. Com 11 ou 12 anos tem o conhecimento de um adulto. Nessa idade, já sabe o que vai ser e segue a sua tendência: bom flechador para a pesca, fazedor de casa, tocador de flauta (personagem im-



portante nos cerimoniais). No rol não entra o *ser pajé* — para isso é necessário um predicado, uma manifestação, uma revelação que o leva a uma longa iniciação.

Em resumo, a Escola é o pai, mas o pai não é o mestre. Não ensina, a todo momento expõe a sua experiência. Se o pai de um lado não castiga o filho, de outro, o filho não lhe dá razões. Se uma criança, por qualquer razão incendia uma casa, não há que repreendê-la, ou mesmo observar o descuido dos pais, embora sabendo que uma maloca queimada implica uma aldeia incendiada. Passado o susto riem. Tem-se a impressão, ou talvez acreditem que a providência assim o determinou, pois com o desastre se confraterniza a comunidade num espaço comum para a construção de uma nova aldeia. E não se há de pensar se trata de uma tarefa rápida. Uma aldeia com 6 ou 8 malocas, em média com 30 metros cada uma, consome no mínimo dois anos de trabalho. Não que seja moroso o trabalho, mas imenso o material requerido, sobretudo o sapé, tirado em época certa, em tamanho uniforme e lua adequada. Ao *incendiário*, como vingança, surge um apelido — "capitão tatatsin" (capitão do fogo ou da fumaça). A maloca é o seu bem maior. Não há, porém, no que preocupar-se. Quando morrer, lá longe no "ivat" (céu), para onde ele vai sua maloca o aguarda, perfeita, inteirinha porque lá não há fogo.

Os bens do índio são de cada um. Tudo que ele possui é enterrado com ele, menos aquilo que foi dado por civilizado. Não acumula herança, nem riquezas, não há necessidade. O índio vive o presente, não tem perspectiva do futuro. Não visa preparar uma vida diferente para o seu filho. Tal como recebeu o mundo dos seus ancestrais, pretende transmitir ao filho. Dá a entender que assim como o regato, o rio, a chuva, a mata e ele também, se compõe como peças pertencentes a um mesmo mundo. Tudo que ele vai precisar pela vida afóra ele sabe fazer. Pode não ser um construtor, mas não viverá sem abrigo.

A distribuição de trabalho entre o homem e a mulher numa comunidade constitui, sem dúvida alguma, a responsável pela harmonia da família e da aldeia. Carregar água é função da mulher; acender fogo é do homem; cozinhar peixe é da mulher; assar é do homem; derrubar, queimar, plantar, é função do homem; carregar o produto da roça é da mulher. A tarefa da mulher também é dividida, o feijão (cumunã) e o algodão colher e carregar é função da menina. O índio é observador, mas não é pesquisador. O arco que hoje ele faz, seus antepassados o faziam com a mesma madeira, a mesma técnica. Não procurou melhorar o processo, variar a madeira, a corda e tudo o mais. No aspecto da cultura material, não se há de negar, parou no tempo, mas por outro lado, nos dá lição de comportamento nas suas relações sociais.

O índio não é ambicioso. Não é ocioso. Não quer acumular mais que o necessário. Uma aparente simplicidade esconde uma sociedade extremamente complexa na sua organização. Ele é livre. Tão livre que, se quiser passar o dia gritando no meio da aldeia, ninguém poderá adverti-lo. No máximo se dirá: — "Ele gosta de gritar". Se o sol nasce, caminha e se põe a pino, e o índio quiser continuar na rede, ninguém chamará a sua atenção. Ninguém poderá sugerir que levante.

A coisa mais essencial para o índio é a terra. Terra comum que pertence a toda comunidade. Terra que não é apenas posse. Terra que é berço das suas tradições, suas origens, do seu passado histórico e, mais do que tudo, terra dos seus antepassados.

É desse solo de posse milenar que o índio tira o seu sustento.

É, no entanto, no universo de suas crenças e valores que o índio mais nos impressiona e surpreende. Suas tradições repousam no mundo Mágico, Mítico e Religioso.

Há uma diferença fundamental entre a Magia e a realidade mítica do índio. Esta realidade representa sua convicção metafísica e constitui a base de toda unidade tribal. É o mundo ancestral do índio, um universo paralelo em que os heróis culturais, aqueles que o criaram, continuam existindo.

O Mito é a síntese de um enredo fantástico que responde às indagações sobre as origens dos seres reais e, principalmente, dos valores, das regras, dos conhecimentos elementares do homem.

Magia é algo diferente. É a maneira descoberta pelos índios para ampliar e controlar as relações entre eles e o mundo universal dos "mamaés" — espíritos temidos pelos poderes malféticos que possuem. Embora muito associada ao diabólico e aos perigos eminentes, a magia serve como estímulo ao equilíbrio econômico. Para realização dos cerimoniais é necessário pescar, fazer ornamentos e adornos, reavivar o ritmo dos cantos e das danças, capinar a aldeia. Estas são apenas algumas das atividades desencadeadas pela magia que está tecida na tela da vida cotidiana do índio e incorporada a cada uma das suas ações.

Magia se difere do Mito como diferem as figuras do pajé e do feiticeiro, que é um bruxo ou um mágico. O pajé é o intérprete do sobrenatural e a intimidade dele com o mundo espiritual o torna merecedor de profundo respeito.

Magia é o poder que determinados pajés possuem para manipular, controlar e aplacar a ira de entidades demônicas que influenciam seu povo. Essas entidades residem neste mundo em planos diferentes, no fundo das águas, nos grandes pântanos ou nas florestas. Podem vir até a nós em sonho, assim como, em espírito, podemos ir até eles.

Religião é a crença num mundo eterno para onde vão as almas dos mortos. Há uma absoluta incomunicabilidade entre o mundo eterno das almas e o nosso. A dor do luto cessa de existir após um grande ceremonial que sela a separação.

Dentro do universo cultural de diversas tribos existe a figura transcendente dos Maít. Lá do alto, no mundo das estrelas, os Maít contemplam a sua gente aqui da terra.

Os índios acreditam que a criança ao nascer tem dois pais: um é o terreno, o pai natural, responsável pela sua forma física. O outro é um Maít, o pai espiritual. Mais relevante que o primeiro, pois é ele o autor da verdadeira individualidade, ou sua essência impercível — *ia-catu* (alma boa).

Quando nasce uma criança o Maít quer conhecer o filho. Para que isso aconteça, os índios, dirigidos por um pajé, formam um círculo onde, de mãos dadas, cabeça baixa pendida de um lado, entoadam o canto mántrico do pajé. A mulher, no centro do círculo, levanta os braços sustentando o filho para que lá do alto o Maít pai o contemple.

Diante de tudo que vimos e ouvimos, num convívio longo com os índios, somos forçados a admitir que a sua cultura é plena de valores, conceitos e concepções lógicas. Considera-la primária, destituída de sentido, é desconhecer totalmente o índio, a sua cultura, a sua maneira de viver e de interpretar o mundo.

Surpreende-nos saber que no cerne do seu conhecimento eles, os índios, têm noção de uma outra dimensão, ou ainda, a existência de lá no alto, talvez além do "ivat" (céu), de uma força suprema que harmoniza e move o universo.

Foi com certeza, conhecendo essas profundas concepções do nosso índio, que Rondon, apreensivo com o seu destino, declarou:...

"... extinta a proteção dos índios, solicitar reforma, sem perda de tempo, na carreira das armas, afim de poder, como qualquer bandeirante paisano, continuar a trabalhar pelos índios no território nacional, onde quer que haja silvícolas abandonados pelo poder público."